

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 09 de abril de 2015, o Banco Central do Brasil aprovou a Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2015, propondo a Redução do Capital da Instituição, no montante de 15,0 bilhões, a fim de ajustar o valor do capital próprio, que se mostrava excessivo às suas efetivas necessidades, mediante a restituição ao Banco Bradesco S.A., único acionista da Sociedade.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco linhas de financiamento e de arrendamento de

veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 10.902 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 1.175 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

O Lucro Líquido do exercício de 2015 foi de R\$ 1,4 bilhão e o Patrimônio Líquido de R\$ 9,7 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2015	2014	2015	2014
ATIVO				
CIRCULANTE	25.948.980	45.125.114	19.752.945	23.854.093
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	650	500	18.528.881	21.904.119
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	9.027.451	25.815.299	18.528.826	21.904.064
Aplicações em Mercado Aberto	348.550	92.659	55	55
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.678.901	25.722.640	1.224.064	1.949.974
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	79.380	96.545	11.197	13.210
Carteira Própria	9.545	9.069	62.850	272.000
Vinculados à Prestação de Garantias	69.835	89.476	115.164	351.225
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	879.663	761.233	1.034.853	1.313.539
Créditos Vinculados (Nota 7)	879.609	761.222		
Correspondentes	54	11		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	14.730.259	16.545.692	19.376.737	21.994.498
Operações de Crédito - Setor Privado	15.456.157	17.242.096	18.095.983	20.733.169
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(725.898)	(696.404)	1.280.754	1.261.329
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(4.153)	(10.310)	1.031.160	997.129
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	16.000	29.832	249.594	264.200
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(15.759)	(29.242)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(4.394)	(10.900)		
OUTROS CRÉDITOS	806.441	1.199.815		
Rendas a Receber (Nota 9a)	60	42		
Diversos (Nota 9b)	806.381	1.199.773		
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	429.289	714.340		
Outros Valores e Bens	223.892	277.418		
Provisões para Desvalorizações	(126.087)	(149.350)		
Despesas Antecipadas	331.484	586.272		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	22.340.763	24.138.040		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	9	31.679		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9	31.679		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218		
Carteira Própria	218	218		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	16.963.543	19.328.857		
Operações de Crédito - Setor Privado	17.356.555	19.711.989		
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(393.012)	(383.132)		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(1.148)	(3.124)		
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	8.900	15.575		
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(8.288)	(14.462)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.760)	(4.237)		
OUTROS CRÉDITOS	4.915.817	3.965.651		
Diversos (Nota 9b)	4.915.817	3.965.651		
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	462.324	814.759		
Despesas Antecipadas	462.324	814.759		
PERMANENTE	877.339	1.298.098		
INVESTIMENTOS (Nota 11)	397.366	430.526		
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País	393.755	427.066		
- No Exterior	454	303		
Outros Investimentos	12.769	12.769		
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	9.411	7.300		
Outras Imobilizações de Uso	16.481	20.287		
Depreciações Acumuladas	(7.070)	(12.987)		
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	439.433	827.515		
Bens Arrendados	602.959	1.204.485		
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(163.526)	(376.970)		
INTANGÍVEL (Nota 13)	31.129	32.757		
Ativos Intangíveis	96.367	87.596		
Amortizações Acumuladas	(65.238)	(54.839)		
TOTAL	49.167.082	70.561.252	49.167.082	70.561.252

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.706.484	9.997.927	12.370.421
Operações de Crédito (Nota 8g)	3.720.531	7.597.947	8.231.630
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	212.492	518.890	1.326.630
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	707.781	1.770.926	2.749.891
Resultado das Aplicações Compulsórias	65.680	110.164	62.360
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.817.600	5.638.770	6.199.692
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.256.753	4.468.568	4.375.394
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	184.098	450.219	1.214.891
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8f)	376.749	719.983	609.407
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.888.884	4.359.157	6.170.729
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.341.794)	(2.803.845)	(1.322.444)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	87.679	177.097	285.334
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(157.114)	(305.050)	(232.868)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(321.399)	(607.569)	(798.988)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(150.876)	(286.509)	(75.820)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(27.734)	(33.304)	(22.243)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	237.012	420.575	1.702.405
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.009.362)	(2.169.085)	(2.179.904)
RESULTADO OPERACIONAL	547.090	1.555.312	4.848.285
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(49.486)	(102.892)	(199.406)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	497.604	1.452.420	4.648.879
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	264.742	(34.350)	(1.369.858)
LUCRO LÍQUIDO	762.346	1.418.070	3.279.021
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	30,83	57,34	132,59

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	497.604	1.452.420	4.648.879
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	376.749	719.983	609.407
Depreciações e Amortizações	45.164	172.039	152.299
Constituições/(Reversões) de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	83.201	242.543	(1.085.294)
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	50.168	105.166	217.709
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	27.734	33.304	22.243
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	133.445	337.572	1.034.053
Constituições de Outras Provisões	194.513	386.972	411.276
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	1.408.578	3.377.446	6.030.312
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.832.344	17.075.409	3.812.432
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	(4.341)	19.164	53.520
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	47.311	(43)	(254.759)
Aumento/(Redução) em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(52.847)	(118.387)	(343.299)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	1.543.680	3.460.912	71.555
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	108.787	226.073	67.040
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(14.205)	(30.729)	(16.591)
Aumento/(Redução) em Depósitos	(3.031.262)	(6.012.424)	308.702
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(489.366)	(899.948)	(2.007.570)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	73.166	125.669	72.869
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(201.273)	(640.062)	(744.828)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	1.220.572	16.583.080	7.049.383
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	-	-	1.184
Alienação de Investimentos	-	-	39
Alienação de Imobilizado de Uso	775	794	60
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.345)	(4.469)	(3.747)
Aquisição de Intangível	(8.516)	(15.056)	(14.830)
Aumento de Capital em Investida	(200)	(200)	(100)
Dividendos Recebidos	-	42	104
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(12.286)	(18.889)	(17.290)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.122.000)	(1.308.150)	(7.043.518)
Redução de Capital	-	(15.000.000)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(1.122.000)	(16.308.150)	(7.043.518)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	86.286	256.041	(11.425)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	262.914	93.159	104.584
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	349.200	349.200	93.159
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	86.286	256.041	(11.425)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2015	7.010.000	606.147	2.272.008	(229)	-	9.887.926
Lucro Líquido	-	-	-	-	762.346	762.346
Destinações: - Reservas	-	38.118	(275.772)	-	237.654	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(581.000)	(581.000)
- Dividendos Antecipados	-	-	-	-	(419.000)	(419.000)
Saldos em 31.12.2015	7.010.000	644.265	1.996.236	(229)	-	9.650.272
Saldos em 31.12.2013	22.010.000	409.410	5.235.568	(292)	-	27.654.686
Dividendos Declarados	-	-	(5.235.568)	-	-	(5.235.568)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	63	-	63
Lucro Líquido	-	-	-	-	3.279.021	3.279.021
Destinações: - Reservas	-	163.951	1.868.070	-	(2.032.021)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.247.000)	(1.247.000)
Saldos em 31.12.2014	22.010.000	573.361	1.868.070	(229)	-	24.451.202
Redução de Capital	(15.000.000)	-	-	-	-	(15.000.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.418.070	1.418.070
Destinações: - Reservas	-	70.904	128.166	-	(199.070)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(800.000)	(800.000)
- Dividendos Antecipados	-	-	-	-	(419.000)	(419.000)
Saldos em 31.12.2015	7.010.000	644.265	1.996.236	(229)	-	9.650.272

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015	%	2015	2014	%	
1 - RECEITAS	3.595.578	44,4	7.603.639	371,1	11.369.083	229,2
1.1) Intermidação Financeira	4.706.484	581,8	9.997.927	488,0	12.370.421	249,4
1.2) Prestação de Serviços	87.679	10,8	177.097	8,6	285.334	5,8
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa	(376.749)	(4,6)	(719.983)	(35,1)	(609.407)	(12,3)
1.4) Outras	(821.836)	(101,6)	(1.851.402)	(90,4)	(677.265)	(13,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzida das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; e outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos decorrentes da venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 8).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens II e IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui comissões pagas, principalmente a revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

Em 2015 o Bradesco Financiamentos optou pela faculdade prevista na Circular Bacen nº 3.738/14, para ativação das comissões pagas pela originadora das operações de crédito aos correspondentes bancários, que deverá ser integralmente amortizada de forma linear, pelo prazo de 36 meses. Para a originadora ocorrida no ano de 2015 serão ativadas 2/3 do valor dessas comissões, para 2016 a ativação será de 1/3 do valor das comissões e a partir de 2017, a remuneração mencionada será integralmente reconhecida como despesa.

Adicionalmente, os saldos registrados em 31 de dezembro de 2014 não foram impactados pelo disposto na referida Circular de reconhecimento imediato no resultado de saldos remanescentes em 1º de janeiro de 2015, uma vez que o diferimento de despesa ocorrerá normalmente de acordo com os prazos das operações.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por software, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros

Representam aos valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Total		2015		2014	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(A)	%	(A)	%		
Empréstimos e títulos descontados	518.742	513.968	505.113	1.435.822	2.521.223	9.414.428	14.909.296	49,3	16.790.504	48,5	14.117	
Financiamentos	876.947	832.742	809.245	2.179.391	3.596.914	6.943.767	15.239.006	50,4	17.701.025	51,1	14.117	
Subtotal	1.395.689	1.346.710	1.314.358	3.615.213	6.118.137	16.358.195	30.148.302	99,7	34.491.529	99,6	28.234	
Operações de arrendamento mercantil	5.494	4.989	4.499	13.025	20.891	38.218	87.116	0,3	144.823	0,4	2.314	
Total das operações de crédito	1.401.183	1.351.699	1.318.857	3.628.238	6.139.028	16.396.413	30.235.418	100,0	34.636.352	100,0	28.234	
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	-	2.492	2,492	-	-	2.314	
Total em 2015	1.401.183	1.351.699	1.318.857	3.628.238	6.139.028	16.396.905	30.237.910	100,0	34.638.666	100,0	28.234	
Total em 2014	1.545.095	1.547.256	1.444.287	4.124.970	7.107.822	18.869.236					100,0	

Operações de crédito	Curso anormal						Total		2015		2014	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	(B)	%	(B)	%		
Empréstimos e títulos descontados	26.105	18.288	13.119	26.346	19.901	103.759	22,2	96.819	22,4	96.819		
Financiamentos	102.639	82.883	47.411	76.588	51.817	361.338	77,2	329.787	76,2	329.787		
Subtotal	128.744	101.171	60.530	102.934	71.718	465.097	99,4	426.606	98,6	426.606		
Operações de arrendamento mercantil	901	798	356	556	407	3.018	0,6	6.145	1,4	6.145		
Subtotal	129.645	101.969	60.886	103.490	72.125	468.115	100,0	432.751	100,0	432.751		
Total em 2015	129.645	101.969	60.886	103.490	72.125	468.115	100,0	432.751	100,0	432.751		
Total em 2014	119.604	92.576	53.768	93.213	73.590			432.751	100,0	432.751		

Operações de crédito	Curso anormal						Total		2015		2014	
	Parcelas vencidas											
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	%	(C)	%	(A + B + C)	%
Empréstimos e títulos descontados	25.270	24.613	23.967	67.699	115.656	329.600	586.805	26,6	584.956	28,5	15.999.860	47,4
Financiamentos	102.201	98.256	94.251	250.180	398.860	668.760	1.612.508	72,9	1.450.994	70,7	17.212.852	52,3
Subtotal	127.471	122.869	118.218	317.879	514.516	998.360	2.199.313	99,5	2.035.950	99,2	33.212.712	99,7
Operações de arrendamento mercantil	794	727	686	1.832	2.884	4.413	11.336	0,5	16.481	0,8	101.470	0,5
Subtotal	128.265	123.596	118.904	319.711	517.400	1.002.773	2.210.649	100,0	2.052.431	100,0	32.914.182	100,0
Total das operações de crédito	128.265	123.596	118.904	319.711	517.400	1.002.773	2.210.649	100,0	2.052.431	100,0	32.914.182	100,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.492	2,492	-	-
Total em 2015	128.265	123.596	118.904	319.711	517.400	1.002.773	2.210.649	100,0	32.916.674	100,0	32.914.182	100,0
Total em 2014	118.821	117.887	107.651	301.245	493.740	913.087			2.052.431	100,0	37.123.848	100,0

(1) Registrados em Contas de Compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	Nível de risco										2015		2014	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Empréstimos e títulos descontados	4.802	14.895.598	186.848	131.191	62.733	47.828	38.212	32.802	199.846	15.999.860	47,4	17.472.279	47,1	
Financiamentos	53.622	15.098.464	603.800	563.312	225.496	138.731	94.284	74.705	360.438	17.212.852	52,3	19.481.806	52,4	
Subtotal	58.424	29.994.062	790.648	694.503	288.229	186.559	132.496	107.507	560.284	32.812.712	99,7	36.954.085	99,5	
Operações de arrendamento mercantil	1.696	72.381	13.621	5.562	2.676	762	1.614	770	2.388	101.470	0,3	167.449	0,5	
Subtotal	60.120	30.066.443	804.269	700.065	290.905	187.321	134.110	108.277	562.672	32.914.182	100,0	37.121.534	100,0	
Total em 2015	60.120	30.066.443	804.269	700.065	290.905	187.321	134.110	108.277	562.672	32.914.182	100,0	37.121.534	100,0	
%	0,2	91,4	2,4	2,1	0,9	0,6	0,4	0,3	1,7	100,0				
Total em 2014	68.775	34.420.634	792.211	642.962	261.515	167.207	117.606	93.255	556.699	32.914.182	100,0	37.121.534	100,0	
%	0,2	92,7	2,1	1,7	0,7	0,5	0,3	0,3	1,5	100,0				

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão							
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Específica		2015		2014			
						Vencidas	Vencidas	Genérica	Excedente	Total	%	Total	%
AA	-	60.120	-	60.120	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	30.066.443	-	30.066.443	91,4	-	-	150.332	3	150.335	13,4		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
g) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Empréstimos e títulos descontados.....	3.737.348	3.857.996
Financiamentos.....	3.565.823	3.863.621
Subtotal.....	7.303.171	7.721.617
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	294.776	510.013
Subtotal.....	7.597.947	8.231.630
Arrendamento mercantil, líquido de despesas.....	68.671	111.739
Total.....	7.666.618	8.343.369

h) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Arrendamentos financeiros a receber.....	24.900	45.407
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	(24.047)	(43.704)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquido).....	602.959	1.204.485
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros, líquida de superveniência de depreciação.....	(163.526)	(376.970)
(-) Depreciações acumuladas.....	(503.573)	(1.063.777)
Superveniência de depreciação.....	340.047	686.807
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 16b).....	(338.816)	(661.769)
Total do valor presente.....	101.470	167.449

i) Imobilizado de arrendamento

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Veículos e afins.....	602.356	1.204.115
Perdas em arrendamentos.....	603	370
Total de bens arrendados.....	602.959	1.204.485
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(503.573)	(1.063.777)
Superveniência de depreciação.....	340.047	686.807
Total da depreciação acumulada.....	(163.526)	(376.970)
Imobilizado de arrendamento.....	439.433	827.515

O Bradesco Financiamentos, para atender o regime de competência, constituiu no período insuficiência de depreciação no montante de R\$ 346.760 mil (2014 - R\$ 1.052.395 mil), registrada em imobilizado de arrendamento, e efetuou a realização de superveniência de R\$ 9.188 mil (2014 - R\$ 18.342 mil), classificada em bens não de uso próprio em decorrência da reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 337.572 (2014 - R\$ 1.034.053 mil) em resultado.

11) INVESTIMENTOS
a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial		
			Ações	Cotas			2015	2014	2015	2014	
							2015	2014	2015	2014	
Ramo financeiro											
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.....	26.400	51.140	-	-	24.400	99,999999	3.465	51.140	47.707	3.465	2.749
BMC Asset Management DTVM Ltda.....	6.000	11.094	-	-	6.000	99,999999	704	11.094	10.397	704	367
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	15.200	29.452	127.700	-	-	100,000000	1.812	29.452	27.657	1.812	1.344
Banco Bradesco Europa S.A. (1).....	1.047.853	1.673.366	1	-	-	0,027137	34.910	454	303	9	15
Outras atividades											
BF Promotora de Vendas Ltda.....	426.220	301.524	-	-	426.220	99,999999	(38.220)	301.524	339.745	(38.220)	(26.705)
Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros.....	3.450	145	-	-	6	100,000000	(1.216)	145	1.160	(1.216)	(46)
Outras participações.....	-	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	142	33
Total de investimentos.....							394.209	427.369	(33.304)	(22.243)	

(1) Investimento com participação inferior a 20%, entretanto foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial por ser a investida integralmente controlada pela Organização Bradesco.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais.....	12.216	12.216
Títulos patrimoniais.....	2	2
Outros investimentos.....	551	551
Subtotal.....	12.769	12.769
Provisão para perdas.....	(9.612)	(9.612)
Total.....	3.157	3.157

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
			Custo líquido de depreciação		
			2015	2014	
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	8.453	(2.604)	5.849	2.835
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	856	(696)	160	199
Sistemas de processamento de dados.....	20%	7.172	(3.770)	3.402	4.266
Total em 2015.....		16.481	(7.070)	9.411	7.300
Total em 2014.....		20.287	(12.987)		

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por software e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2015 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 31.129 mil (2014 - R\$ 32.757 mil).

14) DEPÓSITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias		31 a 180 dias		181 a 360 dias	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Depósitos interfinanceiros.....	1.681.696	6.695.996	10.151.134	18.095.983	36.624.809	42.637.233
Depósitos à vista.....	55	-	-	-	55	55
Total em 2015.....	1.681.751	6.695.996	10.151.134	18.095.983	36.624.864	42.637.288
%.....	4,6	18,3	27,7	49,4	100,0	
Total em 2014.....	1.809.276	7.999.614	12.095.229	20.733.169	42.637.288	100,0
%.....	4,2	18,8	28,4	48,6		

b) Despesas de captação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Depósitos interfinanceiros.....	4.468.568	4.375.394
Total.....	4.468.568	4.375.394

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

- PIS e Cofins - R\$ 371.971 mil (2014 - R\$ 340.687 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento; e
- IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 268.805 mil (2014 - R\$ 300.148 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....	27.842	95.361	685.723
Atualização monetária.....	3.919	12.718	62.185
Constituições líquidas de reversões.....	9.586	224.815	(76.661)
Pagamentos.....	(3.461)	(207.531)	(481)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 16).....	37.886	125.363	670.766

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

As provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco Financiamentos são consideradas de longo prazo devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

a) A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é: Atuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 356.992 mil (2014 - R\$ 325.960 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões fiscais (Nota 15b IV).....	670.766	685.723
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c).....	390.251	371.627
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	-	216.108
Impostos e contribuições a recolher.....	85.307	74.896
Total.....	1.146.324	1.348.354

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Credores diversos.....	701.779	722.583
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h).....	338.816	661.769
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b IV).....	163.249	123.203
Provisão para pagamentos a efetuar.....	80.603	70.184
Total.....	1.284.447	1.577.739

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.010.000 mil (2014 - R\$ 22.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.3.2015 aprovou a redução do Capital Social no montante de R\$ 15.000.000 mil, sem cancelamento de ações.

b) Reserva de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros.....	2.640.501	2.441.431
- Reserva legal (1).....	644.265	573.361
- Reserva estatutária (2).....	1.996.236	1.868.070

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.

9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS
a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Dividendos.....	57	42
Comissões por coobrigações.....	3	-
Total.....	60	42

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Devedores por depósitos em garantia.....	2.673.311	2.402.862
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c).....	2.157.796	1.899.105
Impostos e contribuições a compensar.....	578.575	391.258
Devedores diversos.....	204.904	299.410
Títulos e créditos a receber.....	56.940	54.406
Prêmio em operações de cessão de crédito (1).....	32.948	95.417
Adiantamentos para pagamentos.....	13.748	18.990
Opções por incentivos fiscais.....	3.922	3.922
Outros.....	54	54
Total.....	5.722.198	5.165.424

(1) Prêmio pago na aquisição de operações de crédito consignado, que será apropriado pelos prazos dos contratos.

10) OUTROS VALORES E BENS
a) Bens não de uso próprio

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Veículos e afins.....	221.038	96.920
Outros.....	2.854	885
Total em 2015.....	223.892	97.805
Total em 2014.....	277.418	128.068

b) Despesas antecipadas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Comissões sobre empréstimos - consignados.....	561.889	1.031.742
Comissões sobre financiamento - veículos.....	175.835	289.857
Outros.....	56.008	79.432
Total.....	793.804	1.401.031

11) INVESTIMENTOS
a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2015	2014	2015	2014

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.452.420	4.648.879
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(653.589)	(1.859.552)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	(14.986)	(8.897)
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(7.428)	(14.300)
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2).....	182.997	-
Juros sobre o capital próprio pagos.....	360.000	498.800
Outros valores (3).....	98.656	14.091
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(34.350)	(1.369.858)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(293.041)	142.849
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	54.362	(1.512.707)
Ativação de crédito tributário - Lei nº 13.169/15:		
Adições temporárias.....	204.329	-
Total dos impostos diferidos	258.691	(1.512.707)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(34.350)	(1.369.858)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Constituição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.455.886	446.218	281.297	1.620.807
Provisões civis.....	38.144	52.295	38.144	52.295
Provisões fiscais.....	164.117	44.132	13.783	194.466
Provisões trabalhistas.....	11.137	5.421	-	16.558
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	59.740	48.253	51.372	56.621
Provisão para perda de títulos e investimento.....	1.667	2.540	-	4.207
Ágio amortizado.....	1.099	-	-	1.099
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	548	5	497	56
Outros.....	166.767	166.794	121.874	211.687
Total dos créditos tributários (Nota 9b).....	1.899.105	765.658	506.967	2.157.796
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a).....	371.627	105.314	86.690	390.251
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	1.527.478	660.344	420.277	1.767.545

(1) Inclui o montante de R\$ 204.329 mil, relativo à majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias e base negativa previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2016.....	239.634	183.060	422.694
2017.....	301.912	232.172	534.084
2018.....	292.779	223.529	516.308
2019.....	202.840	156.610	359.450
2020.....	183.954	141.306	325.260
Total	1.221.119	936.677	2.157.796

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 1.985.502 mil (2014 - R\$ 1.791.196 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Instituição foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 390.251 mil (2014 - R\$ 371.627 mil) relativas a: Superveniência de depreciação R\$ 85.012 mil (2014 - R\$ 171.702 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 305.239 mil (2014 - R\$ 199.925 mil). Em 2015, inclui o montante de R\$ 21.332 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avais e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 2.492 mil (2014 - R\$ 2.314 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 8h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequamento, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 21 de março de 2016

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0